Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 7 de Maio de 1918.—SIDÓNIO PAIS—*Henrique Forbes de Bessa*—*Martinho Nobre de Melo*—*Francisco Xavier Esteves*—*José Carlos da Maia*—*João Tamagnini de Sousa Barbosa*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*José Feliciano da Costa Júnior*—*Eduardo Fernandes de Oliveira*—*António Maria de Azevedo Machado Santos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Portaria n.º 1:366

Tendo os organizadores de uma sociedade anónima denominada Companhia de Resseguros Ibéria, com sede em Lisboa, pedido autorização para se constituir definitivamente e explorar a indústria de resseguros:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado das Finanças, de harmonia com a consulta favorável do Conselho de Seguros, autorizar a Companhia de Resseguros Ibéria, com sede em Lisboa, a constituir-se definitivamente e a explorar os resseguros contra os riscos dos ramos de seguro: terrestre, de valores pelo correio, marítimo, de transportes terrestres, de cristais, incluindo os riscos de guerra e de grèves e tumultos, em conformidade com os documentos que apresentou e ficam arquivados na secretaria daquele Conselho, devendo a mesma sociedade enviar oportunamente à referida secretaria um traslado da escritura de constituição definitiva.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1918.—O Secretário de Estado das Finanças, *Francisco Xavier Esteves*.

Portaria n.º 1:367

Tendo os organizadores de uma sociedade anónima denominada Companhia de Seguros Globo, com sede em Lisboa, pedido autorização para se constituir definitivamente e exercer a indústria de seguros e resseguros:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado das Finanças, de harmonia com a consulta favorável do Conselho de Seguros, autorizar a Companhia de Seguros Globo, com sede em Lisboa, a constituir-se definitivamente e a explorar os seguros e resseguros dos ramos: incêndio, cristais, postal, transportes terrestres, marítimo, roubo, agrícola, automóveis e contra os riscos de guerra, greves e tumultos, em conformidade com os documentos que apresentou e ficam arquivados na secretaria daquele Conselho, devendo a mesma sociedade enviar oportunamente à referida secretaria um traslado da escritura de Constituição definitiva.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1918.—O Secretário de Estado das Finanças, *Francisco Xavier Esteves*.

Portaria n.º 1:368

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado das Finanças, de harmonia com a consulta favorável do Conselho de Seguros, autorizar, como requereu, a Companhia Geral de Seguros Minerva, com sede em Coimbra, a explorar o ramo de seguros contra granizo, inundações e enxurradas, em conformi-

dade com as condições que apresentou e ficam arquivadas na secretaria do referido Conselho.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1918.—O Secretário de Estado das Finanças, *Francisco Xavier Esteves*.

Portaria n.º 1:369

Tendo os organizadores duma sociedade anónima denominada Redenção, Companhia de Seguros, com sede em Lisboa, pedido autorização para se constituir definitivamente e para explorar diversos ramos de seguros: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado das Finanças, de conformidade com a consulta favorável do Conselho de Seguros, autorizar a sociedade anónima denominada Redenção, Companhia de Seguros, a constituir-se definitivamente e a explorar os ramos: marítimo, incluindo o risco de guerra, transportes, postal e roubo de mercadorias em trânsito, seguros cuja duração é em geral de menos de um ano, tudo em harmonia com os documentos que apresentou e ficam arquivados na secretaria daquele Conselho, devendo enviar oportunamente à mesma secretaria um traslado da escritura de constituição definitiva.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1918.—O Secretário de Estado das Finanças, *Francisco Xavier Esteves*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Secretaria Geral

Decreto n.º 4:276

Sendo de inteira justiça harmonizar quanto possível os vencimentos do pessoal técnico e administrativo dos serviços de obras públicas com os dos outros funcionários da Nação;

Considerando que os vencimentos daquele pessoal se encontram, no actual momento, em desproporção notavelmente sensível com os dos outros servidores do Estado, quanto é certo que do referido pessoal essencialmente depende o progresso material do país;

Considerando que desde 1901 nenhum aumento de vencimento se deu ao pessoal dos quadros técnicos e administrativos, organizado em 24 de Outubro daquele ano, quando a quasi todos os outros funcionários se tem concedido importantes melhorias de vencimento;

Tendo em atenção que a reorganização da engenharia civil e serviços respectivos, na qual teria natural cabimento a remodelação dos vencimentos e quadros, não pode ser feita desde já, por estar pendente ainda a reorganização de outros Ministérios, que têm íntima conexão com os serviços de que se trata;

Considerando que é necessário não agravar demasiadamente as circunstâncias do Tesouro e que, por isso, àqueles que forem beneficiados por este decreto é lícito suspender, até ulterior resolução, as subvenções concedidas em 13 de Abril corrente;

Tendo em vista que é também equitativo não prejudicar, no actual momento, aqueles que pelo presente diploma, com a aplicação da taxa dos direitos de encarte, ficarem percebendo quantias inferiores às que hoje recebem, o que obriga a, temporariamente, fazer incidir sómente a percentagem do desconto dos citados direitos de encarte sobre a melhoria dos vencimentos que por este decreto é conferida;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os vencimentos do pessoal técnico e administrativo dos serviços de obras públicas serão de futuro regulados pelas tabelas anexas a este decreto.